



percursos teórico-metodológicos e práticos da Geografia Escolar

**REFLEXÕES SOBRE CARTOGRAFIA SOCIAL:
COMUNIDADES TRADICIONAIS NA LUTA POR DIREITOS E VALORIZAÇÃO**

Ana Paula Faria

Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO
annafariarodrigues@gmail.com

Resumo: A cartografia social é um ramo do conhecimento cartográfico e tem se configurado como uma importante metodologia participativa com cunho social, pelo fato de oferecer possibilidades de dar poder, visibilidade e voz aos povos tradicionais e grupos sociais fragilizados. Sendo a cartografia social uma ferramenta de extrema importância para o planejamento e transformação social, sendo fundamentada na investigação-ação-participativa e desenvolvimento local. Se tratando das lutas pela terra e sua defesa, a cartografia social torna-se um instrumento de grande valia para produção de conhecimento e mobilização, sendo favorável na articulação entre saberes e conhecimentos por meio do estabelecimento de uma linguagem acessível que diz respeito a representação da realidade vivida, por meio da cartografia. Essa trama das disputas territoriais, envolvendo as comunidades tradicionais, levantou intensos debates, em diferentes esferas, o autorreconhecimento e autodefinição identitária torna-se uma ferramenta de luta importantíssima, essas lutas trouxeram conquistas de dispositivos jurídicos, que em seu papel garantem a proteção e valorização do modo de vida tradicional. Nesse contexto, objetiva-se apresentar um conjunto de reflexões teóricas acerca do papel da cartografia social e seu papel na valorização das comunidades tradicionais. Vale ressaltar que esta é uma pesquisa bibliográfica de cunho investigativo. Os posicionamentos se apoiam na literatura sobre cartografia social e nas comunidades tradicionais.

Palavras chave: Cartografia; cartografia social; comunidades tradicionais; lutas.

Introdução

A cartografia social tem se concebido como uma importante metodologia participativa para o comprometido e a execução do papel político e social de comunidades tradicionais e

grupos sociais fragilizados social e economicamente. Na luta pelo território e sua defesa, um processo de cartografia social configura-se como instrumento de produção de conhecimento e mobilização.

Neste artigo, objetiva-se problematizar as aproximações entre este tipo de cartografia com as comunidades tradicionais, dando enfoque para as contribuições que levem à valorização do espaço geográfico pela própria comunidade e pela sociedade, também o papel da cartografia nas comunidades tradicionais e sua importância como ferramenta utilizada na luta por direitos.

Com base na literatura sobre cartografia social e comunidades tradicionais, buscou-se neste texto apresentar sumariamente, as aproximações e potencialidades desta metodologia enquanto instrumento de valorização e luta pelo território.

De acordo com Acselrad (2008) a cartografia social é um processo pelo qual tem como princípio a representação da realidade, identidade e culturas dos sujeitos, por eles mesmos. Para isso é necessário a percepção e representação, cartografia tem esse nome pois é de cunho especificamente social.

A discussão está organizada em duas partes. Na primeira parte, apresentam-se os elementos constitutivos da cartografia social, por meio da exposição de alguns elementos históricos, definições e vínculos sociais. Na segunda parte, trata-se da importância da cartografia social na luta pela valorização das comunidades tradicionais.

Elementos constitutivos da Cartografia social

No Brasil especificamente as práticas de cartografia social se deram a partir dos anos 1990, considerada recente e em transformação, tomando forma e conteúdo, englobando o social e processos de politizações territoriais. Teve seu crescimento marcado pelas lutas e fortalecimento dos movimentos sociais, esses sujeitos participantes dos movimentos aderiram a ações políticas com intuito de apropriação territorial. Ações políticas foram idealizadas e executadas, a Constituição brasileira de 1988 e a convenção de 169 da organização do trabalho (OIT) num contexto jurídico e político deram visibilidade ao multiculturalismo (ACSELRAD, 2010).

O autor ainda afirma que outros acontecimentos marcaram época e foram essenciais para a valorização das comunidades tradicionais, um bom exemplo aconteceu em 2002, um Decreto Legislativo ratificou no Brasil a Convenção 169 da OIT de 1989, que postula a consciência da identidade de povos e comunidades tradicionais como critério “para reconhecimento de direitos de propriedade e de posse sobre terras que tradicionalmente ocupam”, ou seja, das diferenças que os próprios atores sociais considerem significativas, marcadas por critérios de saberes populares, vivência e pertencimento. Tal dispositivo legal passou a favorecer o entendimento do caráter “tradicional” das terras ocupadas em termos relacionais e, com frequência, como meio de afirmação identitária e territorial ante o Estado, em contextos de tensão social, conflitos ambientais e fundiários (ACSELRAD, 2012).

Sobre essa evolução da cartografia no Brasil Cáceres (2010) afirma que a cartografia passou de simples desenhos feitos a mão para as mais avançadas tecnologias, esses avanços nas informações e coleta de dados, ajudaram a tornar a cartografia acessível aos sujeitos. E através da tecnologia é possível combinar uma gama de informações espaciais, saberes e conhecimentos.

Se tratando da conceituação da cartografia social é possível afirmar que ela é utilizada como uma ferramenta que facilita o conhecimento e análise de informações geográficas e espaciais. Sendo usada como base para validação das lutas, pelos sujeitos sociais. Com cunho social, a coleta de dados para análise é resultado de um processo participativo construído coletivamente. Utilizado em escala local pode oferecer riqueza de detalhes, podendo permitir a análise de diversos elementos, tanto sociais quanto culturais e econômicos, isso faz com que os sujeitos e/ou lugares estudos sejam valorizados. Esses conjuntos de ações e estudos valorizam o conhecimento tradicional e cultural (COSTA, 2016); (GOMES, 2017).

Bargas e Cardoso (2015) entendem a cartografia social como instrumento que permite construir mapas juntando conhecimento técnico e conhecimentos sociais do espaço vivido, que permitem ter a visão do mundo de determinados sujeitos, as experiências das comunidades tradicionais e características do território. Desta forma é possível valorizar o conhecimento, a identidade e o território das comunidades tradicionais.

A diferença entre a cartografia convencional e a cartografia social está na prioridade pelo social, (GOMES, 2017, p.101) afirma que

Enquanto a cartografia convencional privilegia o espaço euclidiano, o território enquanto estado-nação, a precisão e a pretensa neutralidade, a cartografia social prioriza o espaço vivido, percebido e concebido, o território e as questões de territorialidade das comunidades e dos grupos sociais envolvidos no mapeamento. O conteúdo dos símbolos e o posicionamento político são tomados como princípio.

São essas características da cartografia social que oferecem potencialidades a valorização das comunidades tradicionais.

Silva e Gomes (2018) afirmam que a cartografia social é um processo de mapeamento com envolvimento dos sujeitos sociais, visando a autoafirmação e através disso as reivindicações e lutas por direitos no/do território. Essa forma de trabalho exige dos sujeitos sociais tanto a população quanto os técnicos e ou pesquisadores a boa relação e a troca de experiências, sabendo que a população possuirá o saber local e o pesquisador o saber técnico, junção que permitirá a riqueza de detalhe no trabalho final. “Desse modo, a cartografia social é um processo organizativo, de visibilidade e mobilização social.”

Na cartografia social está imbricado o reconhecimento da importância dos saberes dos sujeitos sociais sobre o seu território, por isso integra-os diretamente no processo de representação. Por meio de reuniões e oficinas de trabalho, incorpora a produção dos mapas, os depoimentos, os debates coletivos entre as pessoas das comunidades, a produção de croquis e os registros fotográficos [...] Ou seja, compreende-se que o mapa em si é limitante para representar a realidade e, por isso, envolve outras linguagens, em um processo de construção dialógico e coletivo[...] (Silva; Gomes, 2018, p.227).

As metodologias e práticas de mapeamento coletivo realizadas pelas comunidades são significativas e conjuntas. Essas metodologias procuram valorizar e respeitar o conhecimento, modo de ser e viver, cultura e maneiras das populações das comunidades tradicionais, buscando atender as mais importantes demandas, desde resolução de conflitos, fortificação e identidade cultural através da cartografia (BARGAS; CARDOSO, 2015).

Assim pode-se concluir que as informações geográficas não representam somente “informação”, mas também representam proteger e valorizar riquezas. O progresso técnico criou um verdadeiro campo de representações cartográficas, com uma gama de diversidades e linguagens. A cartografia social utilizada pelas comunidades tradicionais representa luta e resistência, esperança e enfrentamento, principalmente as dinâmicas da globalização, tais homogeneizadoras e opressoras (ACSELRAD, 2008).

Dessa forma é possível analisar que a cartografia social é sim um instrumento de reivindicações e conquistas de direitos, há uma gama de projetos conquistados que

demonstram o potencial da experiência cartográfica realizada com fins de autorreconhecimento identitário por grupos e comunidades com culturas próprias e únicas, permitiram os saírem da invisibilidade social e se inserirem na sociedade como sujeitos sociais com culturas próprias, e essa prática de envolvimento das comunidades na construção dos mapas permitiu que esses sujeitos representassem seu território e conseguissem expor os conflitos territoriais (OLESKO; ROCHA, 2014).

Bargas e Cardoso (2015) ainda afirmam que desde a criação da cartografia social, já houve avanços e criação de outros projetos, como por exemplo “a criação do Instituto Nova Cartografia Social, o Projeto Nova Cartografia Social do Brasil e a recente aprovação do projeto Mapeamento Social Como Instrumento de Gestão Territorial Contra o Desmatamento e a Devastação: Processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais no âmbito do fundo Amazônia, do Banco nacional de desenvolvimento Econômico e social (BNDES)”.

A importância da cartografia social na luta pela valorização das comunidades tradicionais

Segundo Almeida (2010), estes povos e comunidades tradicionais possuem identidades coletivas particulares e formas complexas de organização social e de uso do território, que não se reduzem à relação econômica com os meios de produção e, portanto, não podem ser compreendidos apenas pelos fatores agrários e de base econômica.

Conforme Toledo (2001) as comunidades tradicionais têm formas de vida singulares, produzem em pequena escala, seu modo de organização é comunitário, compartilham língua, religião, crenças e tem uma relação estreita com seu território.

Além disso, apresentam uma visão de mundo específica consistindo na atitude de proteção [não materialista] da terra e dos recursos naturais. Tais comunidades se pautam em práticas tradicionais, herdadas de geração para geração (BERTUSSI, 2009; HAURESKO, 2010).

É necessário a reflexão para o entendimento de que as comunidades tradicionais se organizam em grupos e se mobilizam utilizando da cartografia social como ferramenta que oferece a possibilidade de luta e resistência, nesse contexto é necessário deixar claro que isso só foi possível a partir do momento em que as técnicas e a informática se tornaram acessível a

setores da sociedade que historicamente eram esquecidos e calados (OLESKO; ROCHA, 2014).

Em seu trabalho Silva e Gomes (2018) constataam que através do passar dos anos os produtos cartográficos foram aprimorados e desenvolvidos para alcançar a maior quantidade de pessoas possíveis, e o acesso a esses produtos cartográficos “(mapas, imagens e cartas)” tem sido democratizado, sendo acessível a grande parte da população, através de livros, sites da internet entre outras formas de uso, e essa acessibilidade permitiu a apropriação social da cartografia por diversos atores da sociedade, dessa forma contribuindo com as lutas sociais.

Como já mencionado anteriormente é claramente uma importante ferramenta de empoderamento do cidadão frente as desigualdades sociais, a falta de visibilidade, ao descaso e a falta de reforma agrária no país e ao papel do Estado. Diferente da cartografia tradicional e técnica, ela é também um processo de construção de representações. Representação da visão dos sujeitos, na forma como eles enxergam o espaço apropriado e vivido, assim por meio dos diversos materiais cartográficos possíveis, coletivamente os sujeitos representam o território. Desse modo, a cartografia social, não se restringe a localizar e distribuir os elementos do espaço representado, mas sua função é de expressar, por meio da representação, a teia de relações conflituosas do território (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2015).

Olesko e Rocha (2014) em suas pesquisas puderam afirmar que desde a última década os povos e comunidades tradicionais se apropriaram das práticas cartográficas, ressignificando os materiais cartográficos com suas informações. A realidade atual carrega consigo essa recente conquista das comunidades tradicionais frente a questão da visibilidade e da luta.

Desta forma a cartografia social se tornou um instrumento utilizado na luta pelo reconhecimento territorial, pela reforma agrária, por direitos ao povos, por visibilidade, por equipamentos, saúde e educação, sendo que um dos principais motivos dessas lutas e reivindicações são pelo reconhecimento e pela reforma agrária (Bargas e Cardoso, 2015). A partir dessas demandas, o Estado deve criar soluções voltadas a valorização.

Sendo assim a cartografia se mostra como um elemento de combate. A sua produção é um dos momentos possíveis para a autoafirmação social.

Costa (2016) afirma que a cartografia também serve como fortificação das relações de poder local, com valorização dos aspectos culturais, valores, saberes, tradições e identidades, traduzindo, valorização dos espaços e dos sujeitos.

Acselrad (2012) afirma que as comunidades que fazem sua própria cartografia, elas não têm como intuito apenas retratar o “espaço físico, mas afirmar seus modos de vida”. Pois nas experiências de mapeamento participativo é possível analisar os desejos dos sujeitos participantes. São múltiplas as tramas territoriais, fundiárias, étnicas e políticas sobre as quais as iniciativas deste tipo de mapeamento têm se realizado no mundo (Acselrad, 2012, p.14).

O mapeamento participativo permite socialização das práticas de mapeamento repercute, por certo, os mecanismos da pressão fundiária sobre comunidades tradicionais, mas, de forma mais ampla e para além das dinâmicas do mercado corresponde a processos de reorganização da cultura no espaço (Acselrad, 2012, p.19).

Referente a essa socialização para realização e construção de mapas pelas comunidades tradicionais, torna-se um grande desafio, por exigir uma gama de informações que devem ser claras. A importância da construção desses mapas dinâmicos com as comunidades está na construção da realidade e aspectos que as vezes são passados em branco. E essa construção social permite a construção do conhecimento territorial e os múltiplos aspectos e detalhes presentes na realidade das comunidades em sua configuração territorial (COSTA et al, 2016).

O que cabe sublinhar é que no âmbito das tramas territoriais, observam-se diferentes apropriações das práticas de mapeamento com inclusão de populações locais, ora por desenvolvimentistas “participacionistas”, ora por ambientalistas ou por agentes das políticas da diferença cultural e territorial (Acselrad, 2012, p.23).

Dessa forma é possível concluir que a cartografia social tem um papel inquestionável na potencialização das lutas por direitos.

Resultados e discussões

A Cartografia Social apresenta-se como uma ferramenta muito importante na medida em que favorece articulação entre saberes e conhecimentos por meio do estabelecimento de uma linguagem acessível que diz respeito à representação da realidade por meio da cartografia. A partir das experiências inerentes ao mapeamento participativo adquiridas neste

trabalho dissertativo é possível afirmar que todos possuem uma visão de mundo pautada na experiência de vida, valores e conhecimento. O ato de mapear não é feito somente através da representação, mas também por meio do diálogo, discussão e análise das informações que serão representadas.

As lutas por reconhecimento da diferença e pelo reconhecimento territorial em parceria com outros agentes através dos movimentos sociais são necessárias e ora eficazes. Essa forma de organização do grupo demanda não somente a redistribuição como solução para as injustiças sociais que sofreu e sofre ao longo da história, mas também o reconhecimento, que pressupõe sua valorização no plano simbólico, cultural, étnico.

O mapeamento participativo permite uma presença ativa das populações e comunidades tradicionais nos programas de desenvolvimento, planejamento, conservação e definição fundiária. Sem negar o papel significativo dos objetivos que se procuram atingir.

Dessa forma é possível afirmar a importância do processo de cartografia social como forma educativa e organizativa, na medida em que a população participa efetivamente na discussão dos problemas urbanos, na definição de prioridades, na sugestão de soluções e na mobilização de ações no bairro e traz visibilidade social.

Referencias

- ACSELRAD, Henri. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.
- ACSELRAD, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.
- ALMEIDA, Rosangela Doin de. **Novos rumos da cartografia escolar: Currículo, linguagem e tecnologia**. São Paulo: Editora contexto, v.1, n.1, p. 13-37, 2011.
- BARGAS, Janine de Kássia rocha; CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e. Cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Cienc. Hum., Belém, v. 10, n. 2, p. 469-488 maio-ago. 2015.
- COSTA, Nátane Oliveira da; GORAYEB, Adryane; PAULINO, Pedro Ricardo Oliveira; SALES, Licia Benicio; SILVA, Edson Vicente da. Cartografia social uma ferramenta para a construção do conhecimento territorial: reflexões teóricas acerca das possibilidades de desenvolvimento do mapeamento participativo em pesquisas qualitativas. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. V CBEAGT, 2016. pp.73-86.
- COSTA, Nátane Oliveira da Costa. **Cartografia Social: Instrumentos de luta e resistência no enfrentamento dos problemas socioambientais na Reserva Extrativista Marinha e Continental da Prainha do Canto Verde, Beberibe - Ceará**. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016.

GOMES, Marquiana de F. Vilas Boas. CARTOGRAFIA SOCIAL E GEOGRAFIA ESCOLAR: aproximações e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 7, n. 13, p. 97-110, jan./jun., 2.

HAURESKO, Cecilia. **Lugares e Tradições**: As comunidades faxinalenses de Anta Gorda e Taquari dos Ribeiros. Guarapuava: UNICENTRO, 2012.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Fascículos**. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com/fasciculos>>. Acesso em: 12 de fev de 2020.

PNCOSA. Apresentação. 2010. disponível em: <<http://novacartografiasocial.com/apresentacao/>>. Acesso em: 12 de fev de 2020.

SILVA, Leonides Ferreira; GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. **A Cartografia Social como Processo Organizativo de Visibilidade e Mobilização Social: relato da experiência com moradores em áreas sujeitas a inundação na cidade de Guarapuava-PR, entre 2015 – 2016**. Geografia (Londrina) v. 27. n. 2. pp. 225 – 245, agosto/2018.